



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº DE 2015. (Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação destinada a debater a importância da pós-graduação e os direitos dos pós-graduandos.

Senhor Presidente,

É notória a importância da pós-graduação para a melhoria da educação em nosso país e para o incremento de nossa produção científica.

O sistema de pós-graduação no Brasil possui reconhecimento por parte da comunidade científica, nacional e internacional. Tal reconhecimento se deve ao formato e à seriedade que as políticas públicas para a pós-graduação tomaram em termos de definições e das ações voltadas para esse setor, o que se expressou, entre outros modos, em sua expansão contínua, com qualidade, nos últimos 40 anos.

Em meio à competitividade do mercado de trabalho, destaca-se quem tem experiência profissional e qualificação. Porém, utilizando-se dessa realidade, a indústria da especialização cria, dia após dia, cursos que nem sempre estão de acordo com a legislação ou com o padrão exigido pelo MEC. Conseguir a Gratificação prevista no Plano de Carreira, melhorar o salário, garantir pontuação nos concursos públicos, atualizar-se, ou mudar de profissão, no caso dos bacharéis que fazem Didática para atuar no Ensino Superior, são muitas razões que podem levar alguém a se inscrever em um curso de pós-graduação sem antes observar com muita cautela se o

programa atende os requisitos que o tornam um curso válido para os padrões do MEC.

Compreendendo a importância da pós graduação para o desenvolvimento do país, o Ministério da Educação deu o primeiro passo concreto para estender o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) aos cursos de mestrado e doutorado - atualmente, o benefício se limita à graduação. O MEC autorizou em 01 de julho de 2014 a abertura de prazo para as instituições privadas manifestarem interesse na nova modalidade. Esse era um pleito antigo das instituições privadas, que também demandam o Fies para cursos de especialização e graduação à distância. Segundo dados da Capes, do total de 203.717 matriculados em pós strictu sensu no ano de 2012, 31.691 (15,5%) eram em instituições privadas.

O Fies da pós-graduação não atenderá cursos de especialização (lato sensu) nem cursos de ensino a distância. Ainda segundo o MEC, alunos já contemplados com bolsas da Capes pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) não poderão solicitar o financiamento. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) fica, portanto, restrito a cursos de mestrado, mestrado profissional, doutorado e educação profissional técnica de nível médio.

Embora a extensão do FIES para a pós-graduação signifique importante vitória há muito perseguida pelas entidades que representam os pós-graduandos em níveis regional e nacional, é preciso ir além nos incentivos para garantir cada vez mais alunos perseguindo mestrados, mestrados profissionais e doutorados.

Nesse sentido, a Associação Nacional dos Pós-Graduandos apresenta uma pauta de reivindicações que inclui a universalização e valorização das bolsas de pesquisa; o estabelecimento de mecanismo de reajuste anual dos valores das bolsas de pesquisa; a assistência Estudantil com direito à moradia universitária, bandeirão, atenção à saúde, passe-livre estudantil; mais condições de Pesquisa (13ª Bolsa de Pesquisa, Taxa de Bancada, Financiamento para eventos científicos, Tradução e Publicação, Auxílio Defesa, Direito a afastamento por razões de saúde, Férias, Equipamento de proteção individual (EPI) e Adicional insalubridade); melhoria nas relações acadêmicas, com o combate ao assédio moral e sexual, orientação e atenção periódica, direito à representação discente; mais verbas para Ciência e Tecnologia (Investimento de 2% do PIB brasileiro em C,T&I,

Destinação dos royalties do minério para C,T&I no novo Código Mineral, Lei federal que componha os recursos do FNDCT, Aporte de recursos a cada novo projeto e programa, para que as ações correntes não sejam prejudicadas).

Trata-se de pauta ampla, porém factível, que necessita ser submetida ao debate do qual há a necessidade de participação do Ministério da Educação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de representantes dos pós-graduandos e do Poder Legislativo, razão pela qual requeiro a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater a importância da pós-graduação para a educação e a ciência de nosso país e as reivindicações dos pós-graduandos.

Requeiro ainda que sejam convidados para esta Audiência Pública as seguintes autoridades e representantes de entidades:

1-Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro;

2-Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação; Aldo Rebelo;

3-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Tamara Naiz;

4-Presidente da CAPES, Jorge Almeida Guimarães.

Sala das sessões, em de de 2015.

Alice Portugal
Deputada Federal